

O Papel Estratégico da Comunicação Interpessoal na Sociedade da Informação e do Conhecimento¹

Juçara Brittes²

Mirela Adams³

Resumo

Estudo sobre a estratégia comunicativa adotada no Projeto Promotores de Cidadania, desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Vitória, capital do Espírito Santo. A iniciativa visa estimular as populações das áreas de maior risco social da cidade a utilizar o arsenal jurídico-administrativo para o exercício pleno da cidadania e da democracia. A ferramenta eleita para sensibilizar os moradores foi a comunicação interpessoal, por apresentar-se mais significativa para o público focado, a despeito do potencial oferecido pelas Tecnologias da Informação e da Comunicação. Constatou-se que o fortalecimento de uma racionalidade comunicativa por meio das TIC somente ocorrerá quando houver apropriação do instrumental tecnológico pelos sujeitos sociais, o que remete, por sua vez, às características socioculturais do público envolvido.

Palavras-chave: Comunicação Interpessoal; Estratégias Comunicativas; TIC

Introdução

Em um cenário de forte aparato tecnológico envolvendo a comunicação, a ponto de suas ferramentas serem tidas como códigos de acesso aos portais de uma Era mais promissora, uma experiência de implementação de políticas públicas mostra que tais recursos podem revelar-se ineficazes enquanto estratégia dialógica em comunidades marginalizadas. Esta afirmação resulta do acompanhamento de etapas do Projeto Promotores de Cidadania, desenvolvido em um bairro da periferia de Vitória, capital do Espírito Santo. Com o objetivo de estimular a construção coletiva de um conhecimento

¹ Trabalho apresentado ao GP Políticas e Estratégias de Comunicação, durante o IX Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista diplomada, Doutora em Ciências da Comunicação; professora adjunta da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); email <jubrittes@gmail.com>

³ Jornalista diplomada, Graduada em Comunicação Social, Especialista em Economia para Jornalistas; Secretária de Comunicação do município da Serra, Espírito Santo; email >adamsmirela@gmail.com<

sobre os direitos civis e sociais, foram utilizados, basicamente, recursos da comunicação interpessoal para lograr respostas do grupo envolvido. O instrumento mostrou-se mais adequado enquanto plataforma dialógica do que todo o aparato tecnológico disponível na chamada Sociedade da Informação e do Conhecimento, com os quais aquela comunidade não interage.

Retrato da Comunidade

O estudo de caso aqui relatado realizou-se no bairro Conquista, localizado na Região da Grande São Pedro, lado oeste da Ilha de Vitória. Trata-se de uma das regiões de maior risco social da capital capixaba. Moram nesta comunidade 2.339 pessoas.

A ocupação de Conquista não foi planejada, as moradias foram se estabelecendo de forma desordenada, de acordo com as condições do território. Em um primeiro momento, as pessoas chegavam e demarcavam as áreas sem morarem de imediato no local. A preparação de terrenos para construção consistia, primeiramente, no desmatamento do local - ação necessária para legitimar a ocupação.

Na década de 80, não havia água, luz e ruas no bairro. Os moradores de Conquista carregavam água em latas de um poço perto da pedreira ao lado do bairro. O processo de urbanização da Grande São Pedro expulsou esta população para o morro. A correspondência não chegava à maioria das casas por falta de numeração e até pela ausência de nomes das ruas. Ainda hoje as condições de moradia, das vias públicas e o saneamento básico são precários no bairro. O nível de escolaridade é baixo. A população, além disso, convive com o tráfico de drogas e os altos índices de violência.

De acordo com a Gerente de Políticas de Direitos Humanos de Vitória, Margareth Silva⁴, os moradores de Conquista não só carecem de infra-estrutura urbana, mas também de informação e conhecimento. As correspondências não chegam às casas pela ausência de registro dos endereços nos correios. Não há telecentros e nem rádios comunitárias. Os moradores não estão conectados ao mundo virtual da Sociedade da Informação. Pelo contrário, há carência de políticas públicas voltadas para inclusão digital e cognitiva nesta região, onde nem mesmo existe uma escola de ensino fundamental. O único equipamento público é o Centro de Educação Ambiental,

⁴ Assessora Técnica da Secretaria Municipal de Direitos Humanos de Vitória, uma das fontes da pesquisa.

utilizado para reuniões de moradores, oficinas de bordado e teatro, cursos diversos, aulas de dança e encontros religiosos.

Descrição do Projeto

O Projeto Promotores de Cidadania é uma ação do Programa de Educação em Direitos Humanos, da Prefeitura de Vitória, elaborado com base em diretrizes do Governo Federal⁵. O módulo em recorte visa formar multiplicadores nos bairros da cidade de Vitória, comprometidos com a cultura da paz, da tolerância, da promoção e proteção de direitos, sob responsabilidade da Gerência de Política de Direitos Humanos da Prefeitura de Vitória.

Diante do perfil dos grupos envolvidos, a Gerência lançou mão de um trabalho de comunicação, que se baseou fundamentalmente no diálogo com as lideranças comunitárias, a fim de obter a adesão dos moradores. Inicialmente, foram organizados encontros nas comunidades com os representantes das associações de moradores, das igrejas, e representantes das escolas municipais.

Carros de som, cartazes no comércio local, no Centro Comunitário e panfletagem também foram utilizados como suportes comunicativos. Ou seja, os mecanismos informais de comunicação, como as reuniões na sede da Secretaria de Cidadania e as visitas no próprio bairro para troca de informações e idéias, tornaram os moradores sujeitos do processo, co-participantes da organização e realização do Projeto.

“Era preciso despertar o interesse das pessoas pelo tema dos Direitos Humanos. Quando se chega a uma comunidade carente, como a do bairro Conquista, o morador de imediato deseja saber qual o ganho concreto que ele terá ao participar do projeto. Portanto, para que tivéssemos êxito, tínhamos que ouvir a comunidade, conhecer suas expectativas, dialogar. O diálogo foi fundamental tanto na fase de mobilização, quanto durante a realização das oficinas, pois era preciso criar ambientes favoráveis ao desenvolvimento do Programa”. (Margareth Silva)

Observa-se que os recursos adotados a fim de mobilizar as comunidades, têm sido tratados sob a rubrica da comunicação cidadã ou comunitária. Trata-se de uma vertente dos estudos da comunicação que se ocupa de objetos de pesquisa ligados a grupos

⁵ A elaboração do Programa Nacional em Direitos Humanos (PNEDH) contou com a colaboração de especialistas, representantes da sociedade civil, instituições públicas e privadas, e organismos internacionais. Durante todo ano de 2004 o documento foi divulgado e debatido em seminários, fóruns internacionais, nacionais e regionais.

sociais desfavorecidos no aspecto sócio-econômico e que vivem à margem da modernidade.

Para Peruzzo, comunicação comunitária diz respeito a um processo comunicativo que requer o envolvimento das pessoas de uma comunidade, não apenas como receptoras de mensagens, mas como protagonistas dos conteúdos e da gestão dos meios de comunicação. Estes têm, assim, o potencial de ser, ao mesmo tempo, parte de um processo de organização popular e canais carregados de conteúdos informacionais e culturais. Eles também possibilitam a prática da participação direta nos mecanismos de planejamento, produção e gestão. (PERUZZO, 2003; 2002)

Em trabalho de campo, nos meses de agosto e setembro de 2008, realizamos entrevistas informais com os participantes da oficina de Comunicação Popular⁶ que reuniu 33 moradores, a maioria deles mulheres (26) e sete homens. Eles se encontravam todos os sábados, durante três meses, no Centro de Educação Ambiental de Conquista, único equipamento público existente no bairro.

Sobre os resultados do Projeto em Conquista, a Gerência de Política de Direitos Humanos aponta o resgate da auto-estima do morador e o reconhecimento de seu papel como cidadão de direitos. Eles se sentiram inseridos no processo de educação para a cidadania, tornaram-se multiplicadores das ações e idéias do Projeto no bairro. Passaram a se reconhecer como sujeitos capazes de transformar a realidade e lutar por objetivos comuns. Tais considerações derivaram-se de e entrevistas com moradores.

Jadiel de Souza participou de todos os módulos do curso de formação em Direitos Humanos. Embora nunca tenha frequentado a escola, e saber apenas escrever seu nome, ele aceitou o desafio de se tornar um Promotor de Cidadania. Participou de todos os módulos do curso. Ele declara:

“Aqui as dificuldades de cada um são respeitadas e pude contar com a ajuda dos meus amigos. Hoje, já tenho mais conhecimento e posso ensinar aos outros tudo que aprendi nas aulas do curso. Isso é muito bom”. (Jadiel de Souza)

⁶ O Módulo de Comunicação Popular ofereceu oficinas sobre papel dos meios de comunicação na sociedade; legislação brasileira dos meios de comunicação, rádios comunitárias: prática e teoria sobre como levar uma rádio ao ar e produção de jornal comunitário.

Durante o trabalho de campo observamos que as comunidades de outros bairros, que já haviam participado do projeto de formação⁷, voluntariamente contribuíram com a equipe de técnicos da Prefeitura, na sensibilização desta comunidade para o tema dos Direitos Humanos. Este comportamento demonstra que os atores sociais envolvidos no processo assimilaram a condição de Promotores de Cidadania.

Discussão

No início do trabalho de campo, consideramos instigante o fato de não haver menção, tanto no projeto quanto nos relatórios de avaliação, a recursos advindos das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) para o estabelecimento de contato com a comunidade. Do mesmo modo, nos surpreendeu o fato de campanhas midiáticas terem sido desprezadas nesta ação da administração municipal para sensibilizar o público-alvo sobre suas propostas.

Em nossa avaliação, desprezar a mídia na condição de aliada significa não só ter clareza a respeito do sistema midiático, mas reconhecer as características sócio-culturais da população. Verifica-se que a comunidade estudada se encontra em uma espécie de vácuo tecnológico. Se já não contava com a imprensa para amplificar suas vozes, também não desfruta dos recursos oferecidos pelas plataformas comunicativas não massivas para conferir-lhes visibilidade.

Nas entrevistas com os participantes das oficinas, em especial o Módulo de Comunicação Popular⁸, percebemos que havia um grande desejo e necessidade do grupo de aprender e conhecer meios de construir seus próprios conteúdos e canais de comunicação que de fato retratassem a realidade e características daquela comunidade. Uma das principais lideranças comunitárias do bairro, Palmira Alves Barbosa, em vários momentos do debate com os profissionais de comunicação, criticou a postura

⁷ Desde a implantação do Projeto, em 2005, duzentos e quarenta e dois moradores de 11 bairros de Vitória se formaram no Curso.

⁸ A oficina de Comunicação Popular/Comunitária foi uma escolha dos moradores, diante da necessidade que tinham de construir/produzir instrumentos de comunicação que expressassem, a partir do olhar do morador, a realidade, a cultura, as verdadeiras características e demandas sociais da comunidade.

dos meios de comunicação de massa, “que só visitavam o bairro para fazer reportagens de assassinatos e sobre o tráfico de drogas”.

“Eles nunca mostram a vista linda que temos aqui do alto, do nosso mirante e do quanto somos pessoas lutadoras e decentes”, observa Palmira que reside em Conquista há mais de 20 anos.

A competência comunicativa ali encontrada, com vistas ao amadurecimento de uma esfera pública, seja no modelo discursivo, seja no estratégico, é embrionária pelo fato dos indivíduos apenas começarem a reconhecer-se enquanto sujeitos sociais. E a assunção deste espaço dialógico na comunidade em estudo germina por intermédio da comunicação interpessoal.

Esta situação já havia sido explicada por Paulo Freire (1971), ao afirmar que a comunicação requer, necessariamente, significados significativos, reciprocidade, co-participação entre sujeitos que dialogam em termos de igualdade. Defende que a comunicação implica na existência de credibilidade, respeito e interesse pelo outro. Diálogo em essência. Cada indivíduo está presente nos processos de comunicação, é um elemento dela, mais do que sua origem ou ponto de chegada. No caso estudado, apenas a comunicação não mediada se estabelece com tais características.

O processo de comunicação humana não pode estar isento dos condicionamentos sócio-culturais. A comunicação eficiente exige que os sujeitos interlocutores incidam sua *admiração*⁹ sobre o mesmo objeto; que o expressem através de signos lingüísticos pertencentes ao universo comum a ambos, para que, assim, compreendam de maneira semelhante, o objeto da comunicação. Nesta comunicação, que se faz por meio de palavras, não pode ser rompida a relação *pensamento-linguagem-contexto*¹⁰ ou realidade. (FREIRE, 1971)

Entende-se que as novas possibilidades comunicativas, advindas das TIC, ofertam possibilidades comunicativas de importância incontestável, possibilitando a reversão do fluxo unidirecional do sistema massivo. Mas não são mais do que potencialidades, incapazes de, por si só, superar carências de natureza sociocultural.

⁹ Expressão criada por Paulo Feire

¹⁰ Expressão criada por Paulo Freire

É necessário que haja transformações substantivas nas práticas sociais para que se possa, de fato, usufruir dos recursos oferecidos pelas tecnologias. Dito de outra forma, as TIC serão aliadas de um processo evolutivo, do ponto de vista de competências comunicativas, se os sujeitos implicados forem capazes de decodificar novos sentidos quando em contato com as mesmas. Rosalía Winocur observa que:

“(...) a apropriação de uma nova tecnologia – entendida como o conjunto de processos socioculturais que intervêm no uso, na socialização e na significação das novas tecnologias em diversos grupos socioculturais – realiza-se no contexto de um *habitus* determinado e envolve um capital simbólico associado ao mesmo. É fundamental, nessa configuração, a experiência anterior da relação com outras tecnologias e também o que se considera socialmente relevante em termos de reprodução e da mobilidade social do grupo de referência (...)”. (Winocour, 2007, p. 78)

A autora considera difícil para as populações marginalizadas social e/ou geograficamente, reconhecer nas novas tecnologias uma oportunidade de desenvolvimento, se não puderem perceber na sua vida cotidiana, nenhuma utilidade delas para melhorar suas condições de existência. Enfatiza que

“(...) se o computador não pode tornar-se socialmente necessário na subjetividade coletiva de diversas comunidades rurais e urbanas, dificilmente os membros de uma comunidade se entregarão com entusiasmo a qualquer projeto ciberalfaberizador”. (Winocur, 2007, p. 79)

A oportunidade de um cidadão comum conhecer as possibilidades de participação, os instrumentos de acesso às mesmas, tende a ser equivalente à sua posição na estrutura social. Informação é um direito ainda acessível para poucos, o que restringe o potencial de participação em termos igualitários, tanto de acesso quanto de capacidade de tomar decisões. Não por acaso as pessoas que mais precisam de informação, em geral, são as que têm menos acesso aos mecanismos de transmissão e orientação, ou possuem mais dificuldade de compreensão de seu significado. (DUARTE, 2007; QUEVEDO, 2007)

Freire escreve que a reflexão e a ação constituem as duas dimensões necessárias à essência da comunicação, mediadas pela palavra ou *linguagem-pensamento*. Entende que somente se pode falar da palavra verdadeira como práxis, no sentido de dar nome ao mundo, de compreender o processo sócio-histórico em que são gerados o pensamento e a linguagem e de transformar o mundo. Assim se pode entender a pertinência da escolha da comunicação interpessoal como ferramenta de aproximação com as pessoas

do bairro Conquista. Não há, entre eles, identificação com outros processos comunicativos, principalmente mediados pelas TIC.

Outro aspecto a ser levado em conta é o tempo necessário para que ocorra assimilação, apropriação e adaptação às novas tecnologias. Cada uma atende melhor à satisfação de uma ou mais necessidades que as anteriores, mas não de todas. Provoca outras mudanças subseqüentes, que também requerem reajustes e reacomodações variados por parte dos usuários. E quando se fala de uma sociedade como a brasileira, de muitas desigualdades sociais, as mudanças no ambiente comunicativo ocorrem em um ritmo mais lento, porque não só o instrumental está envolvido. Os traços culturais nem sempre são levados em conta. (GÓMEZ, 2006).

Este argumento reforça-se nas palavras de Rodrigues, para quem a interação entre os homens não é imediata, é mediatizada por símbolos culturais concebidos e legados por sucessivas gerações. Discursos e silêncios, gestos, comportamentos, ações e omissões constituem as manifestações dos processos comunicacionais, na medida em que correspondem a expectativas geradas pelas regularidades que formam o tecido das relações sociais. (RODRIGUES, 1999)

Paulo Freire nos auxilia a entender melhor o papel da comunicação interpessoal no caso analisado, quando afirma que os seres humanos se constroem por meio do diálogo que se dá em uma relação horizontal entre agentes dialogantes, fundado em uma matriz crítica e geradora de criticidade, de um saber epistêmico. Assim, comunicação é a co-participação dos sujeitos no ato de pensar e implica em uma reciprocidade que não pode ser rompida. Comunicação é diálogo na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados. (FREIRE, 2006)

Portanto, para que a comunicação aconteça de fato é preciso que haja valorização dos sujeitos envolvidos, respeito e reconhecimento de sua realidade, de suas experiências, hábitos e dificuldades. É preciso que exista credibilidade entre os interlocutores, e que se lance mão de meios e instrumentos adequados para que haja diálogo, em especial, quando se trata de um projeto que objetiva estimular pessoas ao exercício da cidadania, a se reconhecerem como sujeitos (que são) das prerrogativas dos direitos humanos.

Qual esfera pública?

Procuramos analisar o distanciamento entre os discursos midiáticos e os interesses da população do bairro Conquista nos termos habermaseanos de formação de uma esfera pública. Esta é concietuada como um processo pelo qual a sociedade civil forma suas opiniões e, a partir delas, estabelece patamares de convívio com o poder público, com o Estado.

Se recortarmos, para fins analíticos, o processo comunicativo estabelecido durante as atividades do Promotores de Cidadania, pode-se admitir semelhanças consideráveis entre o comportamento dos atores ali envolvidos e os traços identificadores de uma esfera pública dialógica em estado embrionário.

Em tese de doutorado BRITTES (2003) ¹¹ rememora que Habermas define a esfera pública como um espaço de livre acesso, onde os cidadãos se encontram para debater e, racionalmente, desenvolver argumentos sobre questões da vida comum. Atribuí à esfera pública a tarefa de construir uma opinião pública, livre de constrangimentos. Ou seja, amadurecer condições para que se forme, em instâncias não governamentais, uma opinião crítica sobre estas e sobre a vida de modo geral, dando, assim, nascimento à chamada sociedade civil. (HABERMAS: 1984; Brittes: 2003)

Este modelo de esfera pública é estilizado no processo de formação de opinião desenvolvido por uma das categorias da sociedade europeia dos séculos XVIII e XIX, a então recente burguesia letrada. Habermas reconhece, como espírito daquela categoria, a argumentação que se entabulava, sob a mediação da imprensa literária, a partir de debates em locais de convívio público.

A esfera pública contemporânea segue outro modelo, o estratégico, no qual o sistema midiático¹² não assume o papel de aliado. Do contrário, mantém uma relação de constante tensão entre os interesses, de um lado, do poder administrativo e seu círculo de influências; de outro uma sociedade civil que precisa mobilizar cenas espetaculares, ou abrir mão de sua racionalidade comunicativa para alcançar a visibilidade necessária à sua existência.

¹¹ Tese disponível em www.pensacom.org.br; A este respeito a autora apresentou a comunicação “A revitalização da esfera pública habermasiana pela comunicação ciberespacial, durante o XVII Congresso da Intercom, texto também disponível no endereço acima.

¹² A tarefa que Habermas incumbe a imprensa dos Séculos XVIII e XIX seria, hoje, incumbência do sistema midiático composto tanto pelos meios de comunicação massivos quanto os ciberespaciais.

Sérgio Costa¹³ precisa que a esfera pública teórico-discursiva vai atribuir características aos atores da sociedade civil e mostrar bem a diferença deste modelo em relação ao que chama funcionalista ou estratégico. São elas:

Conteúdo: a esfera pública teórico-discursiva (ou dialógica) tematiza situações-problema emergentes na vida cotidiana, que têm relevância para toda a sociedade. É diferente das questões levantadas por sindicatos ou por partidos políticos, as quais costumam referir-se a interesses não exatamente coletivos.

Formas de comunicação: enquanto os demais atores sociais procuram, exclusivamente, ocupar espaços midiáticos, visibilidade e legitimidade para seus interesses particulares, a sociedade civil busca transformar a esfera pública em uma arena de argumentação discursiva e de convencimento.

Tratamento da Esfera Pública: A sociedade civil só dispõe da esfera pública para se movimentar, para expor suas idéias. Empenha-se, então, em sua revitalização constante por meio da crítica, buscando explorar as possibilidades comunicativas existentes e buscando ampliar suas fronteiras pela incorporação de novos grupos minoritários, ou marginais, assim como inventar novos meios comunicativos.

Traços identificadores: Enquanto os demais atores da sociedade estão vinculados a determinados campos funcionais, como partidos políticos, associações empresariais etc., a identidade dos atores da sociedade civil é construída *ad hoc*, no âmbito da ação coletiva.

Se outrora a imprensa literária engatilhou um processo de comunicação crítico, no bairro Conquista, ainda que pareça contraditório, foram as ferramentas da comunicação popular que impulsionaram os moradores a um comportamento semelhante.

Limitando-nos à esfera da comunicação social, podemos afirmar que as políticas de comunicação adotadas é que determinam a serventia dos meios de comunicação em relação à esfera pública. Se estes forem apropriados pela comunidade desenharão um espaço dialógico de participação, que poderá configurar uma esfera pública crítica. Esses sistemas se moldam na conjunção das normas instituídas pelos Estados-nação com as apropriações feitas, pelos atores sociais, das Tecnologias da Informação e da

¹³ Em texto publicado na Revista Lua Nova, N. 36, 1995, p 56-65, o autor enumera os modelos de esfera pública existentes e o proposto por Habermas, inspirado, por sua vez, no processo de formação de opinião nos primórdios do jornalismo.

Comunicação, tudo isso envolto nas malhas dos interesses de megacorporações mundiais.

A despeito da inegável perda de autonomia face às relações políticas e econômicas desterritorializadas, mundializadas, o Estado continua sendo o ator principal no processo decisório do desenho das plataformas tecnológicas que se constituem.

"Ainda que outros atores revelem-se poderosos, impositivos e abrangentes, em âmbito nacional, regional e mundial, o Estado-nação permanece como o ator por excelência no jogo das relações, decisões e implementações em curso na sociedade mundial" (IANNI, 1999:84)

As políticas, as leis, as regras e as decisões administrativas e financeiras dos Estados têm desempenhado e continuam desempenhando um papel determinante para a emergência de proposições tecnológicas (no que diz respeito a equipamentos, a interfaces ou a conteúdos) dominantes no processo de informatização e para a aparição de um ou vários atores na implantação e disseminação das TIC.

Conclusões

O presente estudo comprova ser preciso adotar instrumentos de comunicação condizentes com a realidade do público-alvo para que haja, de fato, comunicação entre os sujeitos do processo. Do contrário a estratégia será, no mínimo, frustrante.

Constatamos, mais uma vez, que as TIC ou qualquer outro aparato tecnológico não são capazes de auxiliar na reversão de desigualdade se estiverem descolados de políticas públicas condizentes com a realidade sociocultural.

Atribuímos o sucesso obtido pelo Projeto Promotores de Cidadania à adoção de recursos dialógicos, nos moldes de uma comunicação popular, para incentivar os moradores a se reconhecerem como cidadãos e, a partir da consciência de si, passarem a utilizar os recursos disponíveis. Prova disso é que escolheram frequentar oficinas de Comunicação Popular/Comunitária, diante da necessidade que perceberam ter, de construir instrumentos de comunicação que expressassem as verdadeiras características e demandas da comunidade.

As TIC, a despeito de potencializar a liberdade de expressão por meio de suas inúmeras plataformas, não chegaram até os moradores do bairro. Pelo que se percebe, ainda terá que esperar a superação de outras necessidades para que seja utilizada como instrumento

participativo pela comunidade estudada. Assim, resta-lhes a comunicação interpessoal, a conversa que aos poucos vai sendo adotada para referir-se às necessidades comuns.

Não há dúvidas de que o aparato tecnológico emergente aponta para mudanças substanciais quanto as formas de comunicação, com possibilidades de avanço democrático significativo, se consideradas as oportunidades de diálogo propiciadas pela Internet. Mas são as políticas adotadas e a apropriação, pelos usuários, da base material instalada que, de fato, determinarão alterações no grau de participação da sociedade civil. Importa acentuar que, por si só, as tecnologias não têm capacidade promotora de democracia. Esta ocorrerá, ou não, em decorrência das políticas públicas adotadas pelos Estados, relativas à comunicação, harmonizadas com os demais setores fundamentais para haver desenvolvimento. Mas precisam, necessariamente, estar em combinação com a forma de interação das Tecnologias da Informação e Comunicação com os sujeitos implicados no processo.

Referências:

BRITTES, Juçara. **Internet, Jornalismo e Esfera Pública**: Estudo sobre o processo informativo do ciberespaço na formação da opinião. São Paulo: 2003. 189 p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) Escola de Comunicação e Artes, USP- 2003.

BRITTES, Juçara. **A revitalização da esfera pública habermasiana pela comunicação ciberespacial**. Trabalho apresentado ao XVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação: Porto Alegre. Intercom - Comunicação, Acontecimento e memória, 2004.

COSTA, Sérgio. A democracia e a dinâmica da esfera pública. **Revista Lua Nova**. Nº 36. São Paulo: 1995. p. 55-65.

DUARTE, Jorge. **Comunicação pública**. Rio de Janeiro: Atlas, 2007.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

IANNI, Octávio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

QUEVEDO, L.A. Conocer y Participar en la Sociedad del Conocimiento. In: ABIGAIL, Sarita, MACIEL, María Lucía. **Desenvolvimento em questão**: que sociedade da informação e do conhecimento? Brasília: IBIC/UNESCO, Rio de Janeiro, 2007.

RODRIGUES, Adriano. **Comunicação e cultura**: a experiência cultural na era da informação. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

VINOCURT, R. A apropriação das tecnologias da informação e comunicação – mitos e realidades. In: ABIGAIL, Sarita, MACIEL, María Lucía. **Desenvolvimento em questão**: que sociedade da informação e do conhecimento? Brasília: IBIC/UNESCO, Rio de Janeiro, 2007.